



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0176612-7 /

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Ferreiros

Juiz de Direito: Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas

APELANTE: MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

Procurador: Dr. Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores e Empregados  
Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de  
Camutanga-PE

Adv.: Dr. Edvaldo José de Oliveira

MP: Dra. Ana Maria do Amaral Marinho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL –  
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CÍVEL – SERVIDORES  
MUNICIPAIS – COBRANÇA DE VENCIMENTOS E  
GRATIFICAÇÕES NATALINAS – PRESCRIÇÃO  
QUINQUENAL – INOCORRÊNCIA – INCOMPETÊNCIA  
ABSOLUTA – INOCORRÊNCIA – ÔNUS DA PROVA –  
AUSÊNCIA DE PROVA COM VALOR JURÍDICO DE RECIBO  
– NEGADO PROVIMENTO.

1. Não há que se falar em incompetência da Justiça  
Comum na resolução da lide em comento. *In casu*, não  
restou suficientemente provada a subsunção de 13  
(treze) servidores ao regime celetista, o que ensejaria a  
incompetência deste juízo, nos moldes da Súmula nº 97  
do STF.

2. Entendimento consolidado na jurisprudência pátria, a  
demora no processamento da ação por motivos  
inerentes ao mecanismo do Poder Judiciário não justifica  
o acolhimento da arguição de prescrição.

3. Cabe à municipalidade o ônus da prova dos fatos  
impeditivos, modificativos ou extintivos do direito ao  
recebimento das parcelas pleiteadas, seja provando a  
ausência da prestação de serviço, seja pela prova cabal  
do pagamento.

4. Nos autos, não há prova com valor jurídico de recibo,  
sendo inidôneos, para efeito de quitação, os documentos  
acostados pelo Município.

5. Recurso a que se nega provimento.

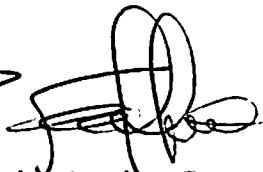
## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0176612-7, em que figuram como recorrente o MUNICÍPIO DE CAMUTANGA e como recorrido SINDSMEC - Sindicatos dos Servidores e Empregados Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta da Cidade de Camutanga.

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar as preliminares de incompetência absoluta, intempestividade e prescrição argüidas pelas partes, conhecendo do presente reexame necessário, para negar-lhe provimento, prejudicado o apelo, tudo na conformidade do voto e do relatório constantes dos autos.

Recife,

24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA**

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0176612-7

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Ferreiros

Juiz de Direito: Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas

APELANTE: MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

Procurador: Dr. Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Camutanga-PE

Adv.: Dr. Edvaldo José de Oliveira

MP: Dra. Ana Maria do Amaral Marinho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

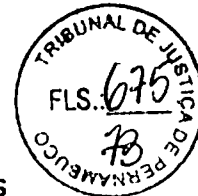
**RELATÓRIO**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, RELATOR:

Tratam os autos de reexame necessário e recurso de apelação cível contra os termos da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado pelo ora apelado, condenando o Município de Camutanga ao pagamento do salário de dezembro de 1996 e das remunerações referentes às gratificações natalinas dos anos de 1996, 1997 e 1998 dos servidores arrolados às fls. 06/09, aqui processualmente substituídos por sua representação sindical.

Em sua exordial, a parte autora pleiteia, além das verbas acima aludidas, os vencimentos relativos aos meses de outubro e novembro de 1996. Em resposta, a municipalidade alegou ter pago os valores recolhidos. Saneado o feito por decisão de fls. 626-629, foi acolhida a prescrição das verbas relativas aos meses de outubro e novembro de 1996 e rejeitadas as preliminares de inépcia da inicial e de incompetência absoluta. Às fls. 642-643, julgamento antecipado da lide no sentido da condenação do ora apelante.

Nas razões de seu inconformismo, alega o apelante, preliminarmente, a incompetência absoluta da justiça comum, posto que 13 (treze) dos 134 (cento e trinta e quatro) servidores que compõem o pólo passivo da lide seriam celetistas, além da prescrição



quinquenal das dívidas. Em sede de mérito, reafirma já ter pago os valores em discussão. Por fim, requer que seja julgada totalmente improcedente a ação.

Contrarrrazões pela intempestividade do recurso e pela manutenção da sentença. Parecer ministerial no sentido da desnecessidade de intervenção.

É o relatório.

À revisão. /

Recife, 17/07/2013

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0176612-7

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Ferreiros

Juiz de Direito: Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas

APELANTE: MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

Procurador: Dr. Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores e Empregados  
Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de  
Camutanga-PE

Adv.: Dr. Edvaldo José de Oliveira

MP: Dra. Ana Maria do Amaral Marinho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

**VOTO DE PRELIMINAR – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA**

Preliminarmente ao mérito, alega o apelante ser o juízo estadual incompetente para analisar a demanda de 13 (treze) dos 134 (cento e trinta e quatro) servidores substituídos processualmente pelo sindicato na lide em comento.

Conforme aduz em sua apelação, treze servidores são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, razão por que devem ser julgados pela Justiça do Trabalho. A efeito de comprovação, o recorrente juntou aos autos cópias da Lei nº 022/84, que dispõe sobre o provimento efetivo dos servidores municipais contratados; do Decreto nº 38/84, que enumera todos os servidores do Município; e da declaração de opção pelo FGTS dos servidores vertentes, firmadas entre 1974 e 1986.

Não obstante a pretensão deduzida relativa ao período trabalhado sob o regime jurídico celetista afaste a apreciação da Justiça Comum, tal como alega o recorrente, há de se frisar que os documentos juntados aos autos são anteriores à instituição, ocorrida em 1992, via lei municipal, do regime jurídico único aos servidores efetivos do Município de Camutanga.

Desta forma, como bem observou o juízo *a quo*, os documentos acostados não são hábeis a constituir prova do

alegado, posto que são datados da década anterior à efetivação dos servidores. Caso provado não se subsumirem ao regime único os servidores em apreço, poder-se-ia decretar a incompetência deste juízo, nos moldes da Súmula nº 97 do Superior Tribunal de Justiça.

Não comprovada a qualidade de celetista dos servidores mencionados com documentos recentes, prevalece o entendimento de que estes se encontravam regidos pelo regime único, de acordo com a lei municipal que converteu em vínculo estatutário os vínculos celetistas.

Desta forma, rejeito a preliminar de incompetência absoluta argüida pela municipalidade apelante.

É como voto.

Recife, 24/08/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0176612-7

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Ferreiros

Juiz de Direito: Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas

APELANTE: MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

Procurador: Dr. Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Camutanga-PE

Adv.: Dr. Edvaldo José de Oliveira

MP: Dra. Ana Maria do Amaral Marinho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

**VOTO DE PRELIMINAR – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

Alega o recorrido, em suas contrarrazões, ter sido impetrada a apelação cível após decorrido o prazo legal de que goza a municipalidade.

Impulsionado por despacho deste relator (fl. 687), foi-se diligenciada, no juízo *a quo*, a apuração da data em que as partes foram efetivamente intimadas da sentença combatida. Ao requerimento, a chefia de secretaria da Comarca de Ferreiros assim respondeu:

**“Certifico que, em cumprimento ao despacho retro, verifiquei que o recurso voluntário interposto pela parte é tempestivo, pois o AR só foi juntado aos autos em 15/02/2012(...).”**

Isso posto, rejeito a preliminar em comento.

É como voto.

Recife, 24/09/2013

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0176612-7

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Ferreiros

Juiz de Direito: Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas

APELANTE: MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

Procurador: Dr. Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores e Empregados  
Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de  
Camutanga-PE

Adv.: Dr. Edvaldo José de Oliveira

MP: Dra. Ana Maria do Amaral Marinho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

**VOTO DE PRELIMINAR – PRESCRIÇÃO**

O recorrente alega, em sede de preliminar, que as verbas pleiteadas pelo apelado foram alcançadas pela prescrição, posto que a cobrança de créditos da dívida passiva da fazenda pública municipal observa o prazo prescritivo quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/32.

Pondera o recorrente que a ação fora distribuída em 12 de dezembro de 2001, tendo recebido seu primeiro despacho apenas no dia 27 de fevereiro de 2002, e que a edilidade só fora citada em 13 de maio de 2002, momento em que requer seja reconhecida a prescrição e que sejam declaradas prescritas todas as dívidas referentes aos exercícios de 1996 e 1997, até o final do mês de abril deste último ano.

Com efeito, a cobrança das dívidas passivas da Fazenda Pública Municipal prescreve no prazo estabelecido no Decreto nº 20.190/32, como bem observou o juízo de primeiro grau, ao declarar a prescrição das dívidas referentes aos meses de outubro de novembro de 1996. No que se refere às outras dívidas pleiteadas em juízo, temos que não procede a preliminar suscitada pelo apelante. Vejamos.

Conquanto a citação do recorrente tenha sido perfeita apenas em 13 de maio de 2002, data em que as verbas demandadas já se encontravam prescritas, para a análise da preliminar em comento se faz necessário o exame das particularidades do caso concreto, em outras palavras, é preciso averiguar a quem podem ser imputadas as razões pela demora no processamento da ação.

Compulsando os autos, é assente que a demora na prestação jurisdicional se deu por conta exclusiva do Poder Judiciário, como se aúfere da decisão de fls. 626-629: "No caso dos autos, a ação foi ajuizada em 12.12.01 e apenas despachada em 27.02.02. Na época, a comarca estava sem juiz titular, de modo que, sem dúvida, a demora na prolação do despacho foi em razão das deficiências do Poder Judiciários (sic) e não por culpa da parte".

Ademais, assim caminha a jurisprudência pátria, de onde o teor da Súmula nº 106 do STJ:

*Súmula 106: Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.*

Nesse caminhar, em virtude da impossibilidade de se penalizar a recorrida pela demora resultante exclusivamente do Poder Judiciário, não acolho a preliminar de prescrição levantada em sede de apelação.

É como voto.

Recife, 24/08/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0176612-7

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Ferreiros

Juiz de Direito: Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas

APELANTE: MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

Procurador: Dr. Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Camutanga-PE

Adv.: Dr. Edvaldo José de Oliveira

MP: Dra. Ana Maria do Amaral Marinho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Revisor: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

**VOTO DE MÉRITO**

O cerne da lide cinge-se na cobrança de pagamentos devidos a título de 13º salário referentes aos exercícios de 1996, 1997 e 1998, além da remuneração relativa ao mês de dezembro de 1996.

Conforme depreende-se da leitura do art. 333, II, do Digesto Processual, cabe à municipalidade o ônus da prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito ao recebimento das parcelas pleiteadas, seja provando a ausência da prestação de serviços pelos apelados, seja pela prova cabal do pagamento. Inexistindo, in casu, contestação quanto à prestação ou não do serviço, passemos ao exame da quitação do débito pelo recorrente.

A prova de pagamento, a teor dos arts. 319 e seguintes do Código Civil, exige quitação regular, não se admitindo presunção. Compulsando os autos, observamos que os documentos acostados, quando se referem aos servidores em juízo, não possuem valor jurídico de recibo. Desta forma, como bem argüiu o juízo *a quo* em sua sentença, "a mera extração da nota de empenho, ficha financeira ou contra-cheque emitidos pelo devedor, mas sem que haja os respectivos recibos de quitação não é idônea prova de pagamento".

689  
R

Nesse sentido:

REMESSA EX-OFFÍCIO - APELAÇÃO VOLUNTÁRIA AÇÃO DE COBRANÇA VERBAS SALARIAIS SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA PRESCRIÇÃO QÜINQUÊNAL - PROVA DA QUITAÇÃO ÔNUS DO RÉU RECURSO IMPROVIDO. 1 Sendo a ação movida em face da Fazenda Pública Municipal, aplica-se a prescrição qüinquenal prevista no art. 1º do Decreto n.º 20.910/32, lei especial, e não o prazo geral previsto no art. 7º, XXIX da CF ou no art. 206 do atual Código Civil. Preliminar rejeitada. 2 É indispensável a assinatura do credor do débito ou seu representante no instrumento de quitação, de modo que são imprestáveis para a comprovação do pagamento de salário os documentos elaborados unilateralmente e para fins de controle interno da Administração Pública, sem valor jurídico de recibo. 3 O ônus da prova incumbe ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. 4 Portanto, a Fazenda Pública, quando demandada, deve provar a quitação das verbas salariais pleiteadas por servidor público. 5 Recurso Improvido. (TJES - 3ª Câm. Cível - Proc. 12040014958 - Des. Alinaldo Faria de Souza - J. 15/08/2006 - DJ. 04/09/2006).

Isso posto, por entender não caber retificações à sentença vergastada, voto no sentido de conhecer e **NEGAR PROVIMENTO** ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, para manter o *decisum* combatido em todos os seus fundamentos.

É como voto.

Recife, 24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

690  
K

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL n. 0176612-7.

JUÍZO DE ORIGEM: Vara Única da Comarca de Ferreiros

APELANTE: Município de Camutanga

PROCURADOR: Paulo Roberto Tavares

APELADO: SINDSEMC - sindicato dos servidores e empregados públicos municipais da Administração Direta e Indireta de Camutanga-PE

ADVOGADO: Edvaldo José de Oliveira.

MP: Dra Ana Maria do Amaral Marinho

RELATOR: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos.

REVISOR(A): Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO- REVISÃO

QUESTÕES PRÉVIAS

Eis as questões prévias.

**Incompetência Absoluta.** Se não há prova quanto a condições de celetista de treze dos 134 servidores, outra alternativa não resta senão entender que se encontram regidos pelo regime jurídico único, de conformidade com a lei municipal que converteu em vínculo estatutário os vínculos celetistas.

**(In)tempestividade do Recurso.** De acordo com a certidão transcrita no voto do relator, é de se concluir que o recurso não padece de intempestividade, motivo pelo qual, a preliminar em destaque não merece agasalho.

**Prescrição.** Levando em conta que os autos levam a conclusão de que a demora no andamento do feito não se deu por inércia da parte (cf. ajuizamento em 12.12.01 - despacho em 27.02.02), é de se reconhecer, à luz da Súmula 106 do STJ, que não restou configurada a prescrição.

MÉRITO



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

No caso, caberia ao Município provar o pagamento da dívida apontada na inicial. Inocorrendo tal comprovação, nenhuma outra saída sobra, senão negar o provimento ao reexame necessário, exatamente como salientado pelo relator.

Em resumo, acompanho o voto do relator, em todos os seus termos.

Recife, 17 de setembro de 2013, *disso*, 24.09.13.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Convocada